

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**

O INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR, por meio da Divisão de Compras, com sede na Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775, bairro CIC, Curitiba/PR, doravante denominada simplesmente Tecpar, torna público, para conhecimento dos interessados que no horário de Brasília (DF), data e endereço abaixo, na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Tecpar (RILC), disponível no endereço eletrônico [www.tecpar.br](http://www.tecpar.br) e de acordo com a Lei nº 13.303/2016, a Lei Complementar nº 123/06 e suas atualizações, a Lei nº 8.248/1992, fará realizar a licitação pública em epígrafe, na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, com base nos procedimentos definidos na Lei 14.133/21 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo modo de disputa **ABERTO** e critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, conforme descrito neste edital e respectivos anexos.

**UASG: 932970**

**Início da sessão / disputa de lances:**

**Às: 09h30m do dia 13/03/2026**

**No endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>**

**Número do Edital no sistema: 90004/2026**

**Reserva de Item/Lote para ME/EPP: Não**

Os trabalhos serão conduzidos por empregado do Tecpar, denominado Pregoeiro, designado através da Deliberação-PRE/DAF nº 002/2026, de 06.01.2026.

**SEÇÃO I – DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **“Contratação de comercializadora varejista para serviços contínuos de fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre – ACL para as unidades consumidoras do TECPAR”**, de acordo com as especificações e detalhamentos consignados neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 5 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.3. **Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no sistema de compras eletrônicas (<https://www.gov.br/compras/pr-br/>) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.**

**SEÇÃO II - DO REGIME DE FORNECIMENTO, PRAZOS, PREÇO MÁXIMO ADMITIDO E RECURSOS FINANCEIROS**

- 2.1 A contratação do objeto desta licitação será pelo regime de empreitada por preço unitário,

conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

- 2.2 O prazo de execução do contrato será de 57 (cinquenta e sete) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo Tecpar.
- 2.3 O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da assinatura do contrato.
- 2.4 O prazo de vigência corresponderá ao prazo necessário para a emissão da Ordem de Serviço, bem como para a execução, aceitação e a emissão do lado ou declaração de recebimento definitivo do objeto contratado.
- 2.5 O preço máximo global admitido para o presente processo é de R\$ 13.972.365,60 (treze milhões, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).
- 2.6 Os recursos destinados para a presente licitação correrão à conta da unidade orçamentária 4570, iniciativa 8043, classificação da despesa (nível elemento) 339039, Fonte 500.

### **SEÇÃO III - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 3.1 Poderão participar deste pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>).
- 3.3 Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
  - 3.3.1 Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
  - 3.3.2 Que se enquadrem em um ou mais dispositivos do artigo 38 da Lei nº 13.303/2016;
  - 3.3.3 Com registro de **inidoneidade** no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
  - 3.3.4 Com registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
  - 3.3.5 Suspensos no Tecpar;.
  - 3.3.6 Que se enquadrem em um ou mais dispositivos dos artigos 43 e 44 do RILC do Tecpar.

- 3.4 Nos termos preceituados no § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as empresas que porventura ali se enquadrem, não poderão invocar as prerrogativas legais concedidas na lei supracitada.
- 3.5 Será concedido tratamento favorecido para as ME, EPP e para o MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.6 Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) item/lote(s) reservados e do(s) item/lote(s) de ampla participação, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço;

#### **SEÇÃO IV - DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

- 4.1 O horário de atendimento da Divisão de Compras do Tecpar, em Curitiba/PR, nos dias úteis, é das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas.
- 4.1.1 O envio da petição, quando não houver horário descrito no Edital, poderá ocorrer em qualquer horário (00:00h às 23:59h) dentro do prazo estabelecido.
- 4.2 Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos, deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, através do e-mail [licitacao@tecpar.br](mailto:licitacao@tecpar.br), e só serão aceitos se formulados até às **12:00 horas do dia 11/03/2026**, não sendo consideradas alegações de não entendimento ou de interpretação errônea das condições fixadas para esta licitação, após a abertura do certame;
- 4.2.1 O Pregoeiro responderá aos esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado até às 12:00 horas do último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais a área técnica competente.
- 4.3 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão. O envio da petição poderá ocorrer em qualquer horário (00:00h às 23:59h) dentro do prazo estipulado.
- 4.3.1 A impugnação deverá ser encaminhada ao Pregoeiro, por meio do e-mail [licitacao@tecpar.br](mailto:licitacao@tecpar.br).
- 4.3.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área técnica competente, decidir sobre a petição no prazo de até 1 (um) dia útil, contado da data do recebimento, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame.
- 4.3.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

- 4.4 As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnação, bem como demais informações relevantes, serão divulgadas mediante publicações no sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar, vinculando os participantes e a administração.
- 4.5 Qualquer pedido de esclarecimento ou impugnação, enviado fora do prazo e horário estabelecidos neste edital, não será conhecido, por ser intempestivo, não tendo o Tecpar obrigação de respondê-lo.
- 4.6 Até a abertura da sessão pública, o e-mail informado **licitacao@tecpar.br** só serve para que os interessados enviem seus pedidos de esclarecimento ou impugnação, qualquer outro tipo de mensagem enviada não será considerada, não sendo o Tecpar obrigado a respondê-las.

#### **SEÇÃO V - DA REPRESENTAÇÃO E DO CADASTRO NO SISTEMA DE COMPRAS ELETRÔNICAS**

- 5.1 As licitantes e seus representantes legais deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal no sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), conforme instruções que podem ser obtidas na página (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), nos manuais disponíveis para consulta ou, ainda, por meio dos telefones das centrais de atendimento disponíveis na referida página.
- 5.1.1 O credenciamento das licitantes e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.1.2 É de responsabilidade das licitantes e de seu representante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema de compras eletrônicas e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.2 Cabe aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

#### **SEÇÃO VI - DA PROPOSTA INICIAL E SEU PREENCHIMENTO**

- 6.1 Antes de postar a proposta de preço em formulário eletrônico, o licitante deverá se manifestar nas declarações disponibilizadas em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, tais como:
- 6.1.1 O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital e seus anexos;

- 6.1.2 A sua condição de Microempresa, de Empresa de Pequeno Porte ou de Microempreendedor Individual (ME/EPP/MEI) para usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso.
- 6.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e critérios de disputa estabelecidos neste edital.
- 6.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento de propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).
- 6.3 A falsidade da declaração de que trata o item 6.1 e seus subitens sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 13.303/2016, no RILC do Tecpar e neste Edital.
- 6.4 O licitante deverá preencher de forma expressa no sistema eletrônico, para fins de lances no pregão, os seguintes campos:
- 6.4.1 Valor unitário e total do(s) item(ns);
- 6.4.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número de registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 6.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.6 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento/execução do objeto.
- 6.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.8 A apresentação da(s) proposta(s) implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela(s) contida(s), em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o licitante o compromisso de fornecer/executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer, quando for o caso, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.10 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

- 6.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

## **SEÇÃO VII - DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

### DA ABERTURA

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, hora e local indicados neste edital.
- 7.1.1 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 7.2 Por características do sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar, a não desclassificação de propostas antes na fase de lances não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

### DA FASE DE LANCES

- 7.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.4 Na fase de disputa, os lances deverão ser ofertados pelo VALOR UNITÁRIO do item.
- 7.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 7.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 7.7 **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**
- 7.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.9 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeira sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representantes.
- 7.10 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



- 7.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois (02) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 7.15 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro (24) horas da comunicação ao fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20 O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR GRUPO conforme definido neste edital e seus anexos.
- a) Considerando o julgamento por grupo de itens, para cada item constante de um grupo, não será aceito valor superior ao máximo estimado disposto no edital. Deste modo, para que uma proposta seja aceita, os valores individuais dos itens do grupo e o valor global do grupo não podem, em hipótese alguma, exceder os valores de referência descritos no Termo de Referência.**
- 7.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresa de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI), uma vez encerrada a

etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como as demais classificadas, para o fim de aplicar-se a disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

- 7.23 Nestas condições, as propostas das ME, EPP e MEI que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão considerados empatadas com a primeira colocada.
- 7.24 A ME, EPP e MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25 Caso a ME, EPP e MEI melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME, EPP e MEI que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.27 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.28 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no RILC do Tecpar e na legislação vigente.
- 7.29 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.30 No caso de impossibilidade da aplicação dos critérios de desempate de forma automática pelo sistema, poderá ser enviado questionamento aos licitantes de forma a verificar o atendimento das condições para o exercício dos direitos de preferência.

#### DA NEGOCIAÇÃO

- 7.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, solicitação de contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.



- 7.32 A negociação será realizada por meio do sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.33 Após o encerramento da etapa de lances e negociações, o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou valor negociado, por meio da ferramenta para inserção de anexos disponível no sistema eletrônico, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários para a análise do Tecpar, tais como catálogos, desenhos, laudos, resultados de testes, ensaios, etc, que permitam sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência.
- 7.34 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir da solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.35 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de julgamento e aceitação da proposta.

#### DO DESCRITIVO DA PROPOSTA

- 7.36 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada preferencialmente por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, e os demais dados abaixo descritos:
- 7.36.1 Descrição clara e detalhada do produto/serviço oferecido para cada item e/ou grupo da licitação, em conformidade com os anexos deste edital, conforme item 6.4 e subitens, deste edital;
- 7.36.2 O valor global, os preços unitários e totais por item e/ou grupo/lote, cotados em moeda corrente nacional;
- 7.36.3 Banco, agência e número da conta corrente em nome da licitante;
- 7.36.4 O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data da sessão pública de abertura das propostas
- 7.37 A proposta definitiva deverá observar, como critério de aceitabilidade, os preços unitários máximos e totais definidos no Termo de Referência, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) grupo/lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa, conforme disposto no item 7.20 “a” deste edital.
- 7.38 Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste pregão, incluindo todo o desembolso que o Tecpar vier a ter que despendar por força da presente contratação.
- 7.39 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

- 7.40 O licitante deverá declarar que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo II desde edital.
- 7.41 Quando a proposta for apresentada pela Matriz, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar na proposta.

#### DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 7.42 Encerrada a etapa de negociação, segundo o critério de julgamento adotado, o pregoeiro efetuará o julgamento da proposta classificada em primeiro lugar, verificando as condições de participação no certame e de utilização do tratamento favorecido, bem como a adequação ao objeto e à compatibilidade do preço, decidindo sobre aceitação do preço obtido ou promovendo a desclassificação daquelas que não atendam às condições previstas no art. 56 da Lei 13.303/2016 e outros, que, conforme segue:
- 7.42.1 Contenham vícios insanáveis;
- 7.42.2 Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- 7.42.3 Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- 7.42.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.42.4 Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação, nos termos do edital;
- 7.42.5 Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- 7.42.6 Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes;
- 7.42.7 Quando solicitado pela própria licitante e com as justificativas apresentadas, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 7.42.8 Quando não responsivo na sessão pública à convocação do pregoeiro para manifestação em chat ou para envio de anexos, conforme prazo indicado no sistema, que não será inferior a 60 (sessenta) minutos;
- 7.43 Considera-se melhor preço, o que atende o prazo para execução do contrato e o

fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade, as demais condições do edital e seus anexos, e que, estando dentro do valor máximo estimado, seja a proposta de menor valor.

- 7.44 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.45 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.46 A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- a) Que o custo do licitante ultrapasse o valor da proposta, e
  - b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta
- 7.47 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou esclarecimentos complementares, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.48 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro retornará à fase de negociação e examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 7.49 O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas e habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata ou no sistema e acessível aos licitantes e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.
- 7.50 Dentro os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, laudos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.
- 7.51 Para fins de análise da proposta, quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante e/ou da área especializada no objeto.
- 7.52 Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.53 Nos itens não exclusivos para a participação de ME, EPP e MEI, sempre que uma proposta não for aceita, e antes do pregoeiro passar à subsequente, haverá nova

verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

- 7.54 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.55 Caso no Termo de Referência não conste a exigência de amostra, mas na análise da aceitabilidade da proposta a área técnica requisitante entenda que seja necessário o envio de amostra para a finalização da sua análise, o pregoeiro concederá prazo de até 10 dias corridos para o envio, podendo, justificadamente e dentro do prazo inicial estipulado, solicitar prorrogação para o envio.
- 7.56 Os resultados das avaliações de amostras serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.57 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega da amostra fora das especificações previstas neste edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.58 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.59 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto na Seção VIII deste edital.
- 7.60 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente deverão ser disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.61 O teor e a integridade dos documentos enviados digitalizados e dos natos digitais serão de responsabilidade do licitante, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes.
- 7.62 Poderão ser requisitadas, a exclusivo critério do Tecpar, informações complementares ou adicionais a respeito de qualquer item da documentação apresentada, de forma a subsidiar a análise da proposta, sendo informado pelo pregoeiro o prazo máximo para atendimento, que não será inferior a 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser prorrogado por interesse do Tecpar.
- 7.62.1 O Tecpar poderá exigir, a seu critério, a apresentação da versão impressa que originou o documento digitalizado.
- 7.62.2 Os originais de documentos digitalizados recebidos no Tecpar serão devolvidos a

licitante, ou, na impossibilidade de fazê-lo sem ônus para o Tecpar, serão eliminados.

## **SEÇÃO VIII - DA HABILITAÇÃO**

- 8.1 A habilitação do licitante será verificada pelo pregoeiro, após o julgamento e aceitação da proposta(s) de preço(s).
- 8.2 O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregá-los no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação, prorrogável por igual período, os quais deverão ser enviados em formato digital, conforme preceitua a legislação vigente, através de ferramenta para inserção de anexos disponível no sistema eletrônico o sistema ou, em caso de indisponibilidade, através de e-mail.
- 8.2.1 **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) e os documentos descritos nos subitens 8.2.4, 8.2.5, 8.2.6 e 8.2.7.
- i. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no SICAF ou CAUFPR, deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:
- 8.2.2 **HABILITAÇÃO JURÍDICA**
- a) Registro comercial, no caso de empresa individual.
  - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.
  - c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
  - d) Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.
  - e) Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.
- 8.2.3 **HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), demonstrando que a licitante desempenha atividade compatível com o objeto da licitação.
  - b) Prova de regularidade com o INSS, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- d) Prova de regularidade com a **Fazenda Pública do Paraná**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual ou de Certidão de Não Inscrição junto à Fazenda Pública do Estado do Paraná.
- e) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei Federal nº 12.440/2011.

#### 8.2.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do último exercício social, já exigível na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, contendo os respectivos termos de abertura e encerramento, devidamente submetidos à autenticação no órgão competente do registro do comércio.
  - i. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto a Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.
  - ii. As empresas recém-constituídas, cujo Balanço Patrimonial ainda não seja exigível, deverão apresentar o Balanço de Abertura, contendo carimbo e assinatura do representante legal da empresa e do contador.
  - iii. As empresas que estiveram inativas no ano anterior, deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- b) A comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada, nos termos da Deliberação nº 030/2024-DIREX do Tecpar, mediante a avaliação dos índices: Liquidez Corrente (LC) superior ou igual a 1,0; Liquidez Geral (LG) superior ou igual a 1,0; e Endividamento Geral (EG) inferior ou igual a 1,0, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:  
$$LC = AC / PC$$
$$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$
$$EG = (PC + PNC) / AT$$
  - i. A empresa deverá apresentar os índices já calculados, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.



- ii. Para efeito de análise da utilização dos índices financeiros (LC, LG e EG), serão considerados os valores até a 2ª (segunda) casa decimal depois da vírgula, desprezando-se as demais casas independentemente do valor encontrado. Ex: EG = 1,006 ou 1,001, será considerado EG = 1.00.
  - iii. No caso do não atendimento de um dos índices, a proponente deverá comprovar que possui Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta, devidamente registrado no Balanço Patrimonial, nos termos do subitem 15.5.1, admitida a atualização por índices oficiais (índice divulgado por instituição de renome e publicação perene, como o IBGE, FGV, etc).
- c) Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal nº 9.964 de 10/04/2000.

#### 8.2.5 HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) A Habilitação Técnica exiga consta descrita no item 12 do Termo de Referência.

#### 8.2.6 DECLARAÇÕES

- a) Apresentar declarações conforme o Anexo IV – Declaração de Habilitação e Anexo V – Declaração LGPD, devidamente assinadas.

#### 8.2.7 EMPRESAS NA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso:

- a) Apresentar declaração, sob as penas da lei, de que o licitante cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, indicando a receita bruta do último ano-calendário e de que está apto a usufruir dos benefícios previstos nos artigos 42 à 49 da Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações (Anexo III do Edital).

8.3 De acordo com o art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularidade da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.4 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

8.5 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, sendo facultado à entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

- 8.6 Na hipótese do item 8.3, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.7 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.
- 8.8 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ na matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (saldo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela matriz, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ de sua filial deverá constar da proposta.
- 8.9 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado habilitado.

#### **SEÇÃO IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 9.1 Após o término do julgamento das propostas e após o término do ato de habilitação ou inabilitação, o pregoeiro abrirá prazo não inferior a 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar sua intenção de recurso, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.2 O licitante recorrente deverá apresentar em momento único as razões do recurso, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 9.3 Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo do recorrente, exclusivamente pelo sistema.
- 9.4 É assegurado aos licitantes, vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos administrativos e de contrarrazões.
- 9.5 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.
- 9.6 As razões e contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme os dispostos nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo pregoeiro.
- 9.7 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

#### **SEÇÃO X - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como quando exauridos os recursos administrativos, o procedimento licitatório será encaminhado pelo pregoeiro à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um item/grupo.
- 10.3 A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.
- 10.4 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, retirar ou aceitar o contrato, ordem de compra ou documento equivalente, estará sujeito às penalidades previstas no edital e no RILC do Tecpar.

#### **SEÇÃO XI – DO CONTRATO**

- 11.1 Do objeto licitado será firmado contrato formal (ou documento equivalente) entre o Tecpar e a empresa vencedora.
- 11.2 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital
- 11.3 **Para a assinatura ou retirada do contrato, ordem de compra ou documento equivalente, a empresa vencedora deverá estar credenciada no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.**
- 11.4 Antes da assinatura do contrato ou retirada da ordem de compra (ou documento equivalente), a Administração realizará consulta do Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466/2015.
- 11.5 Se a empresa vencedora não apresentar a comprovação descrita no item 11.3 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de compra ou documento equivalente, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 13.303/2016, no RILC do Tecpar e neste edital, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.
- 11.6 A recusa injustificada da empresa vencedora o adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.
- 11.7 Dos prazos:

- a) Os contratos celebrados com o Tecpar terão prazo de vigência e prazo de execução.
- b) O prazo de execução corresponderá ao prazo que a contratada tem para a realização do objeto contratado, descrito no Termo de Referência.
- c) O prazo de vigência corresponderá ao prazo necessário para a emissão da ordem de compra, serviço ou documento equivalente, bem como para a execução, aceitação e a emissão do laudo ou declaração/atesto de recebimento definitivo do objeto contratado.
- d) O início do prazo de execução do contrato se dará em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato e sua contagem se efetivará com o recebimento da ordem de compra, serviço ou documento equivalente, pela contratada.
- e) Caso a ordem de compra, serviço ou documento equivalente não seja recebida pela contratada, o início do prazo de execução será o 31º (trigésimo primeiro) dias após a assinatura do contrato.
- f) O prazo de vigência do contrato terá início na data da assinatura do contrato.
- g) Os prazos do contrato/ordem de compra poderão ser prorrogados, observando-se os artigos 172 à 177 do RILC do Tecpar.

- 11.8 A entrega/execução, o controle e o recebimento do objeto serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida no Termo de Referência e demais anexos deste edital.

## **SEÇÃO XII – DO PAGAMENTO**

- 12.1 As condições de pagamento dos serviços, objeto deste Edital, estão estabelecidos no **item 11 do Anexo I – Termo de Referência**.

## **SEÇÃO XIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 13.1 As obrigações na execução dos serviços, objeto deste edital, estão estabelecidas no **item 9 – Obrigações do Tecpar** e no **item 10 – Obrigações da Contratada**, do Anexo I – Termo de Referência, deste edital.

## **SEÇÃO XIV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1 A contratada, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RILC e na Lei 13.303/2016:
- a) advertência;
  - b) multa moratória;
  - c) multa compensatória;
  - d) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tecpar, por até 2 (dois) anos.
- 14.2 As sanções constantes no item 14.1 poderão ser aplicadas de forma cumulativa.
- 14.3 As condutas que podem levar a aplicação de penalidades encontram-se descritas no RILC e na Lei 13.303/2016.

14.4 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- a) Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada de documento equivalente;
  - b) Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pelo Tecpar;
  - c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o Tecpar em virtude de atos ilícitos praticados;
  - d) Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - e) Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
  - f) Incorrer em inexecução contratual;
  - g) Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - h) Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - i) Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - j) Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - k) Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - l) Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
  - m) Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
  - n) Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
  - o) Ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
  - p) Ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - q) Ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada;
  - r) Ter deixado de cumprir com as obrigações relativas e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;
  - s) Deixar de manter o nível de qualidade exigido pelo Tecpar na execução do contrato, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso.
- i. Estendem-se os efeitos das sanções também aos profissionais que tenham praticado quaisquer dos atos acima indicados.

#### DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

14.5 A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao Tecpar, independentemente de tratar-se de empresa ou pessoa cadastrada, ou não.

- a) A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

#### DA SANÇÃO DE MULTA

14.6 A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b) Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado da licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- c) Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar documento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- d) No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 20% (vinte por cento) sobre a parcela não executada;
- e) No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato;
- f) Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela entregue em atraso.

14.7 A multa da alínea “f” incidirá: 02% (dois por cento) no décimo dia que exceder o prazo de entrega e 0,02% (dois décimos por cento) por dia a partir do décimo dia, sobre a parcela em atraso, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do total da parcela em atraso, considerando os valores unitários ofertados na licitação.

14.8 O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tecpar. Por até 02 (dois) anos, nos termos do RILC.

14.9 Antes da aplicação de qualquer das multas acima relacionadas a área gestora do contrato notificará formalmente a Contratada, garantindo o contraditório e ampla defesa, concedendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa. Havendo concordância quanto aos fatos e a incidência de multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação.

14.10 No caso de aplicação de sanção de multa, conforme decisão em primeira instância administrativa, o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerada parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao contratado, sendo retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

14.11 Da decisão final cabe recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, conforme art. 234 do RILC.

14.12 No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à Tesouraria do Tecpar, em até 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação da decisão final.

14.13 Caso não haja recolhimento da multa no prazo estipulado, a contratante descontará a referida importância de eventuais créditos a vencer da empresa contratada.

#### DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO



- 14.14 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos ao Tecpar, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, nos termos dos artigos 230 e 231 do RILC.
- 14.15 O contrato poderá ser rescindido sem prejuízo das penalidades a serem aplicadas, sempre que ocorrer qualquer um dos motivos enumerados no RILC.
- 14.16 O procedimento para aplicação de sanções seguirá os artigos 232 ao 235, do RILC do Tecpar.

#### **SEÇÃO XV – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

- 15.1 O reajustamento de preços, específico ao objeto licitado, consta descrito no **item 20 do Anexo I – Termo de Referência**

#### **SEÇÃO XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 16.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário;
- 16.1.1 Os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão observarão o horário de Brasília, Distrito Federal.
- 16.1.2 Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no Tecpar.
- a) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.
- 16.2 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse do Tecpar, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 16.4 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, vedada a

inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

- 16.4.1 O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.
- 16.5 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão, sendo ainda, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 16.6 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará na desclassificação ou inabilitação do licitante.
- 16.7 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de lei a respeito.
- 16.8 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de compras eletrônicos de que trata a Seção V, ou, caso haja indisponibilidade de sistema, por correio eletrônico. O pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
- 16.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tecpar.
- 16.10 A autoridade competente poderá revogar a licitação em decorrência do previsto no § 3º, do art. 57 e inciso II, do § 2º do art. 75, todos da lei nº 13.303/16, ou por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado que constitua óbice manifesto e incontornável, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, conforme previsto no art. 62, da citada Lei.
- 16.11 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Tecpar, das Leis nº 13.303/2016 e nº 14.133/2021, todos com suas posteriores alterações.
- 16.12 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Tecpar não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.13 Os Anexos deste Edital integram o rol das obrigações decorrentes da presente licitação, dele fazendo parte, obrigando as partes ao inteiro teor de suas disposições.
- 16.14 Os dados pessoais, sensíveis ou não, obtidos em razão dos procedimentos da licitação serão tratados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

16.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- c) Anexo III – Declaração de enquadramento de ME/EPP;
- d) Anexo IV – Declaração de Habilitação;
- e) Anexo V – Declaração LGPD;
- f) Anexo VI – Minuta de Contrato;
- g) Anexo VII – Matriz de Riscos.

16.16 Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, capital do Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, como o competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2026.

*(assinado eletronicamente)*

Daniela Gadotti Perlin  
Pregoeiro

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### RESUMO EXECUTIVO

|                   |  |
|-------------------|--|
| ORGÃO INTERESSADO | Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR     |
| UNIDADE           | Divisão de Engenharia / Administração do Campi |
| RESPONSÁVEL       | Anderson Cesar Ferreira                        |

#### 1. OBJETO (RILC Art. 22 “a”)

- 1.1. Visa o presente Termo de Referência detalhar as condições, quantidades e exigências necessários a **“Contratação de comercializadora varejista para serviços contínuos de fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre – ACL para as unidades consumidoras do TECPAR”**.

#### 2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

- 2.1. Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA abrangem as unidades identificadas na tabela do item 2.4, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

| Grupo | Lote | Descrição   | Volume Mensal (MWm) | Volume Anual (MWh) | Valor Unitário (R\$/MWh) | Valor Total (R\$) |
|-------|------|---|---------------------|--------------------|--------------------------|-------------------|
| 1     | 1    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2026) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 6.600,00           | 429,90                   | 2.837.340,00      |
|       | 2    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2027) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.760,00           | 366,60                   | 3.211.416,00      |
|       | 3    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2028) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.784,00           | 336,40                   | 2.954.937,60      |
|       | 4    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2029) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.760,00           | 303,00                   | 2.654.280,00      |
|       | 5    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2030) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.760,00           | 264,20                   | 2.314.392,00      |

- 2.2. O Valor Unitário expresso em R\$/MWh do fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre na modalidade varejista, deve contemplar:

- 2.2.1. os custos de energia elétrica de fonte incentivada com 50% de desconto na TUSD, submercado Sul;
- 2.2.2. os custos de todos os encargos setoriais, Encargos de Serviço do Sistema (ESS), Encargos de Energia de Reserva (EER), Encargo de Potência para Reserva de Capacidade (ERCAP);
- 2.2.3. Atendimento em 100% da carga, sem limite de flexibilidade mínima ou máxima;
- 2.2.4. PIS e COFINS inclusos no preço;
- 2.2.5. Fornecimento de certificado de energia renovável.
- 2.2.6. O período de suprimento desta contratação é de 60 (sessenta meses), para o fornecimento de energia elétrica de 01/04/2026 até 31/03/2031.

2.3. Endereço das unidades a serem atendidas pelo contrato:

**Unidade CIC**

Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, 3775 - Cidade Industrial de Curitiba – Curitiba-PR  
CEP: 81350-010  
CNPJ: 77.964.393/0001-88

**Unidade Araucária**

Rua Luiz Franceschi, 971 - Thomaz Coelho – Araucária-PR  
CEP: 83707-080  
CNPJ: 77.964.393/0003-40

**Unidade Juvevê**

Rua João Américo de Oliveira, 330 - Juvevê – Curitiba-PR  
CEP: 80035-060  
CNPJ: 77.964.393/0005-01

### 3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO (RILC Art. 22 “b”)

- 3.1. Considerando que o fornecimento de energia elétrica é um serviço público essencial, indispensável para o bem funcionamento das atividades econômicas, sociais e administrativas do TECPAR, que é um instituto de tecnologia e ciências que, promove a inovação e o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil, a presente contratação tem como finalidade garantir um fornecimento de energia elétrica contínuo, eficiente e economicamente vantajoso.
- 3.2. O TECPAR atualmente possui 3 unidades consumidoras no ambiente de contratação livre, que foram migradas em meados de 2020, com uma economia média estimada de 30% em comparação às tarifas no ambiente de contratação regulado.
- 3.3. Neste contexto, a contratação é essencial para assegurar a continuidade do fornecimento de energia elétrica de forma sustentável e manutenção dos resultados positivos obtidos ao longo dessa migração, contribuindo diretamente com as diretrizes institucionais do TECPAR e para uma boa gestão dos recursos públicos.

### 4. PESQUISA DE PREÇOS (RILC Art. 22 “c”)

- 4.1. Para a formação do preço máximo admissível para o objeto deste Termo de Referência, foi realizada pesquisa de preços a partir de orçamentos fornecidos por empresas atuantes no ramo. Definiu-se pelo menor preço dos valores dos mesmos.
- 4.2. Serão observados como critério de aceitabilidade da proposta, os preços unitários máximos e totais definidos neste Termo de Referência.

## **5. PARCELAMENTO DO OBJETO (RILC Art. 22 “d”)**

- 5.1. O serviço, objeto deste Termo de Referência, é um serviço contínuo. Dessa forma, a gestão centralizada é a opção que gera plena eficiência, evitando desperdício de recursos e efetividade dos serviços realizados. É uma estratégia de gestão importante para a garantia do uso racional desses serviços. Nesse sentido, o parcelamento do objeto geraria prejuízo para a contratação em questão.
- 5.2. Assim sendo, a opção baseada em critérios lógicos de atendimento conflui para a necessidade de contratação de prestação de serviços sob o regime de empreitada por preço unitário, com disputa através de grupo único com lotes por preço unitário, de modo a permitir às partes uma gestão centralizada do contrato de maneira a possibilitar o uso racional dos recursos e a respectiva garantia de qualidade. Além disso, há, ainda, os benefícios da economia de escala através da necessidade de apenas um preposto, uma fiscalização do contrato, etc., de maneira a evitar duplicidades que encareceriam a prestação de serviços
- 5.3. Face a todo o exposto, o parcelamento do objeto contratado não é viável a Instituição, caminhando assim, para a gestão centralizada da demanda.

## **6. SUSTENTABILIDADE (RILC Art. 22 “e”)**

- 6.1. A contratação do serviço descrito neste Termo de Referência deverá, nos termos do art. 32 § 1º da Lei 13.303/2016, disciplinado no art. 4, § 2º do RILC e da legislação em vigor, adotar boas práticas de sustentabilidade ambiental.

## **7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (RILC Art.22 “f”)**

- 7.1. Não há reserva de cota do objeto para a contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas, tendo em vista que o objeto licitado possui natureza indivisível, porém, será concedido o tratamento diferenciado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

## **8. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS / CONTÍNUOS / MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO (RILC Art. 22 “g”):**

- 8.1. Consideram-se serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital com base nas especificações usuais praticadas no mercado. Sendo assim, de acordo com os elementos constantes neste termo de referência, fica evidenciado que a natureza do objeto contratado é comum.
- 8.2. Os serviços a serem contratados são considerados de natureza comum e contínua, tendo em vista sua classificação cujo procedimento atende os requisitos para ser



executado mediante a modalidade de licitação “Pregão eletrônico”, nos termos do RILC.

## 9. OBRIGAÇÕES DO TECPAR (RILC Art. 22 “h”)

### 9.1. Constituem responsabilidade e obrigações do Tecpar:

- a. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- c. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d. Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- e. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através do Gestor especialmente designado;
- f. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto ou execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g. O TECPAR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (RILC Art. 22 “h”)

### 10.1. Constituem responsabilidade e obrigações da CONTRATADA:

- 10.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 10.1.2. Manter válidas e vigentes todas as licenças e autorizações no que diz respeito às atividades a serem desempenhadas nos termos deste Edital, sujeitando-se à regulamentação da ANEEL, à Convenção de Comercialização, às Regras de Comercialização e aos Procedimentos de Comercialização da CCEE;
- 10.1.3. Fornecer mensalmente a totalidade do consumo de energia elétrica medido de acordo com o preço da energia elétrica contratada, por se tratar de contratação de energia na modalidade varejista, não haverá limites de flexibilidade de consumo mensal;
- 10.1.4. Disponibilizar a energia elétrica de fonte incentivada com 50% de desconto na TUSD até o ponto de entrega, no submercado Sul, durante todo o período de suprimento;
- 10.1.5. Em caso de perda ou redução de desconto na TUSD da energia fornecida pela CONTRATADA ao TECPAR, ressarcir a CONTRATANTE calculado mensalmente conforme abaixo:

$$R = RESTUSD \times \left(1 - \frac{\text{Desconto}}{50\%}\right) \times EF_{\text{mês}}$$

Onde:

R – valor considerado para ressarcimento à CONTRATANTE, em R\$;  
RESTUSD – valor do desconto, estabelecido em 35 R\$/MWh para o tipo de energia incentivada com 50% de desconto;  
Desconto – percentual de desconto atribuído à CONTRATADA pela CCEE no mês de referência, expresso em %;  
EFmês – montante de energia faturável no mês de referência.

10.1.6. Fornecer ao término de cada ano civil, certificado de Energia Renovável, promovendo a transparência, a rastreabilidade da origem da energia e o compromisso ambiental da Administração Pública;

10.2. A entrega física da energia elétrica no ponto do sistema de medição para faturamento é de responsabilidade da concessionária de energia local, regulamentada através do CUSD.

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.5. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, através do GMS – Cadastro de Fornecedores do Paraná.

## **11. FORMA DE PAGAMENTO (RILC Art. 22 “i”)**

11.1. A CONTRATADA deverá emitir as Notas Fiscais/Faturas mensalmente em nome do Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR, no endereço e no CNPJ de cada unidade consumidora em que o serviço seja prestado. Apresentar o documento sem emendas, rasuras ou ressalvas, contendo o objeto e número da licitação, o número do Contrato e os dados bancários com número da agência e conta corrente em que a CONTRATADA seja titular exclusiva da conta. A indicação dos dados bancários será considerada pelo Tecpar como autorização prévia para créditos apenas na conta corrente indicada. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) conforme a legislação fiscal vigente, com observância, principalmente ao preenchimento de seus campos.

11.2. Todos os serviços prestados no mês de competência deverão ser processados em uma Nota Fiscal/Fatura única para cada unidade consumidora em que o serviço seja prestado, e a mesma deverá ser entregue na Divisão de Engenharia/Administração de Campi do Tecpar – CIC, no período do 1º ao 5º dia útil do mês subsequente ao fornecimento, com vencimento em 10 dias após a emissão da Nota Fiscal de cada mês.

**11.2.1. Os pagamentos às empresas vencedoras do certame, de acordo com a Resolução da SEFA nº 827, de 12/08/2021, ficarão condicionados à prévia indicação dos dados da conta corrente junto ao Banco do Brasil, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.**

11.3. No caso de atraso na apresentação dos referidos documentos por motivo imputável a CONTRATADA, a data do vencimento deverá automaticamente ser postergada por prazo igual ao atraso verificado.

11.4. Havendo erro na apresentação das faturas/notas fiscais ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TECPAR.

11.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que sobre os valores devidos incidirão acréscimos conforme disposto abaixo, calculados sucessiva e cumulativamente:

- a. multa de 2% (dois por cento) aplicado sobre o valor devido;
- b. juros de mora, que serão equivalentes a 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, entre a data de vencimento e o efetivo adimplemento da parcela;
- c. atualização monetária, calculada pro rata die pela variação positiva do IPCA, entre a data de vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

11.5.1. Para o efeito da atualização monetária, será considerada nula qualquer variação mensal negativa do índice de reajuste.

## **12. REQUISITOS DA HABILITAÇÃO (RILC Art. 22 “j”)**

12.1. Para garantir o fiel cumprimento das obrigações, além das habilitações jurídica, fiscal e trabalhista e econômico-financeira previstas no edital, requer-se a habilitação técnica a seguir relacionada:

### **HABILITAÇÃO TÉCNICA**

12.1.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE), em plena validade, com devida autorização para atuação como Comercializador Varejista.

12.1.2. Certidão de adimplemento emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) válida na data prevista da sessão pública.

12.1.3. Comprovação da aptidão para a execução do objeto deste Edital e anexos, mediante apresentação de certidão(ões) e/ou atestado(s) firmados por entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda, por empresas privadas, que comprovem o bom desempenho da empresa na prestação de serviços, compatível com o objeto da presente licitação, com no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do montante mensal de energia elétrica demandado na licitação.

- 12.1.3.1. Disponibilização dos Relatórios da CCEE, comprovando ter comercializado (venda de energia), nos últimos 12 (doze) meses o montante de pelo menos 0,5 MWm por mês de energia elétrica;
- 12.1.3.2. Será admitida, para fins de comprovação dos quantitativos mínimos descritos acima, a apresentação de atestados de mão de obra emitidos separadamente, bem como a somatória de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois esta situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade operacional, a uma única contratação.
- 12.1.3.3. O Tecpar se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

### **13. SUBCONTRATAÇÃO (RILC Art. 22 “k”)**

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA (RILC Art. 22 “i”)**

- 14.1. Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, em razão de fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o presente termo de referência pode ser ratificado e sub-rogado para a nova empresa, sem ônus para o TECPAR, e com a concordância deste, com transferência de todas as obrigações aqui assumidas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.
- 14.2. Em caso de cisão, o TECPAR pode rescindir a ordem de compra de serviço ou continuar sua execução, pelo prazo restante, com a empresa que, dentre as surgidas da cisão, melhor atenda às condições iniciais de habilitação.
- 14.3. Em quaisquer das hipóteses de que trata o caput, a ocorrência deve ser formalmente comunicada a Divisão de Engenharia do TECPAR, anexando cópia do documento comprobatório da alteração social, devidamente registrada.
- 14.4. A não apresentação do comprovante em até 5 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social sujeita a CONTRATADA à sanção de advertência e, persistindo a omissão, à rescisão do contrato, com aplicação de multa e das demais sanções previstas em lei.

### **15. CONTROLE DA EXECUÇÃO (RILC Art. 22 “m”)**

- 15.1. O RILC do Tecpar estabelece dispositivos sobre a execução e o recebimento dos contratos firmados pelo Instituto. Referente ao recebimento do objeto, o regulamento determina o recebimento provisório e definitivo de bens e serviços:
  - a. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação contidas neste Termo de Referência;
  - b. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação por parte da Divisão de Engenharia do Tecpar.

### **16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (RILC Art. 22 “n”)**

- 16.1. As sanções administrativas previstas para a contratação do objeto estão previstas no Edital e seus anexos.
- 16.2. O não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições pactuadas na ordem de compra, instrumento contratual ou documento congênere ou a sua inexecução parcial ou total, poderá ensejar a aplicação de penalidade financeira e rescisão contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme dispõe o RILC e constantes do Edital de Licitação e seus anexos.

## **17. PENALIDADES**

- 17.1. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA conforme RILC, ou caso incorra qualquer uma das infrações abaixo, será passível de aplicação de multa, inclusive rescisão contratual.
- 17.1.1. Caso a CONTRATADA tenha sua habilitação suspensa ou for desligado da CCEE;
- 17.1.2. Caso a CONTRATADA dê causa e venha a ter revogada qualquer autorização legal, regulatória ou governamental indispensável ao cumprimento das responsabilidades assumidas;
- 17.1.3. Caso a CONTRATADA não cumpra a garantia de continuidade do suprimento;

## **18. GESTOR DO CONTRATO (RILC Art. 211)**

- 18.1. A gestão e fiscalização do contrato ficarão a cargo da Divisão de Engenharia / Administração de Campi sob a gestão de Anderson Cesar Ferreira – Gestor e Marcelo Ribeiro de Mello – Fiscal, conforme artigo 211 do RILC.
- 18.2. As comunicações entre o TECPAR e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

## **19. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA (RILC Art. 172 a 177)**

- 19.1. A execução do objeto deste termo deverá respeitar os prazos da Câmara de Comercialização de Energia, conforme normas e legislação vigentes.
- 19.2. O prazo de vigência do contrato será válido a partir da data da assinatura do contrato e vigente até 31/12/2030, sendo o período de execução de 57 (cinquenta e sete) meses, sendo início do fornecimento de energia elétrica em 01/04/2026.

## **20. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS (R) (RILC art. 190)**

- 20.1. Nos termos da Lei nº 10.192/2001 e do Capítulo 6.7 e 6.8 do RILC, é nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a 1 (um) ano, periodicidade esta que é contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.
- 20.2. No caso da presente licitação, a aplicação do reajuste far-se-á a partir da data da apresentação da proposta.
- 20.3. Para a obtenção dos índices de reajuste será utilizado como termo inicial a data da apresentação da proposta, e como termo final o mesmo mês do ano subsequente, mantendo-se fixo por 12 (doze) meses, e assim sucessivamente a cada 12 (doze) meses.
- 20.4. Será dotado o percentual de reajuste a ser concedido sobre o valor unitário da energia elétrica contratada em R\$/MWh a variação do IPCA, mantido pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período, podendo ser adotado, no caso de extinção, outro índice que venha a substituí-lo.

**21. GARANTIA CONTRATUAL (RILC Art. 170 “VI”)**

- 21.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, pois todas as obrigações perante a CCEE no ambiente de contratação livre na modalidade varejista são repassadas a CONTRATADA, que irá realizar a representação do TECPAR.
- 21.2. Caso a comercializadora varejista não venha a cumprir os requisitos estabelecidos para operacionalização ou afins, esta será imputada nos termos da Lei junto à CCEE, não havendo qualquer vínculo da administração junto à CCEE.

**22. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA (RILC Art. 52 § 2º)**

- 22.1. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

*(assinado eletronicamente)*  
Anderson Cesar Ferreira  
Divisão de Engenharia



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Empresa \_\_\_\_\_, localizada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, apresenta a sua **Proposta de Preços** relativa a licitação – modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_(número/ano), para execução do objeto conforme Edital de Licitação e seus anexos nas seguintes condições:

| Grupo | Lote | Descrição   | Volume Mensal (MWm) | Volume Anual (MWh) | Valor Unitário (R\$/MWh) | Valor Total (R\$) |
|-------|------|---|---------------------|--------------------|--------------------------|-------------------|
| 1     | 1    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2026) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 6.600,00           |                          |                   |
|       | 2    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2027) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.760,00           |                          |                   |
|       | 3    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2028) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.784,00           |                          |                   |
|       | 4    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2029) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.760,00           |                          |                   |
|       | 5    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2030) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.760,00           |                          |                   |

A presente Proposta tem o **prazo de validade de 90 (noventa) dias**, contados a partir da data de abertura da licitação.

O arrematante é responsável pela qualidade e integridade do item cotado, e declara que em sua proposta estão inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários para o fornecimento/execução, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

O arrematante atesta o atendimento das especificações, condições e prazos descritos no Anexo I – Termo de Referência, do edital.

O arrematante declara que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega desta proposta.

**Dados Bancários da Empresa:**

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

**Dados do Representante Legal que assinará o Contrato**

Nome:

CPF:

RG:

Cargo Ocupado na Empresa:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.  
(assinatura do representante legal da empresa arrematante)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº004/2026**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A (nome da empresa), com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em \_\_/\_\_/\_\_, NIRE (nº), CNPJ (nº), estabelecida na (Rua, nº, bairro, Cidade, Estado, CEP), declara, sob as penas da Lei, que:

1. Se enquadra na condição de (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), nos termos da Lei Complementar 123, de 14/12/2006.
2. A receita bruta, nos termos da Lei Complementar 123/2006, auferida no último ano-calendário foi de R\$ \_\_\_\_\_ (dispensada de declarar se a empresa encontra-se no ano-calendário de início de atividade).
3. A pessoa jurídica não se enquadra em nenhuma das hipóteses abaixo, nos termos da Lei Complementar 123/2016:
  - I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
  - II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
  - III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício;
  - IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício;
  - V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício;
  - VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
  - VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;
  - VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
  - IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
  - X - constituída sob a forma de sociedade por ações;
  - XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do produto, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

(Município), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e CPF

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

Empresa \_\_\_\_\_, localizada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, para fins de processo licitatório, representado pelo Sr(a) \_\_\_\_\_ responsável pela licitante.

DECLARA sob as penas da lei que:

1. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
2. Que não pratica ou aceita a utilização mão de obra análoga à de escravo ou em condições de trabalho degradante, em especial no contido no artigo 149 do Código Penal;
3. De que não há nenhum fato impeditivo da participação desta empresa nesta licitação ou para contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
4. Que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, conforme o Decreto Estadual nº 6.252/2006.
5. Que não incide em nenhuma das situações impeditivas à contratação, indicadas no Decreto Estadual nº 2.485/2019, que veda o nepotismo nos órgãos e entidades estaduais nas contratações e convênios ou instrumentos equivalentes, celebrados pela Administração Pública do Estado do Paraná.

Declara, ainda, que nenhum funcionário da empresa possui qualquer tipo de impedimento em relação ao descrito no art. 7º do referido Decreto.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(assinatura do representante legal da empresa arrematante)  
(nome completo, número do RG, cargo)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO LGPD**

Empresa \_\_\_\_\_, localizada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, para fins de processo licitatório, representado pelo Sr(a) \_\_\_\_\_ responsável pela licitante, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
  - a) Aqueles inerentes a documentos de identificação;
  - b) Referentes a participações societárias;
  - c) Informações inseridas em contratos sociais;
  - d) Endereço físicos e eletrônicos;
  - e) Estado civil;
  - f) Eventuais informações sobre cônjuges;
  - g) Relações de parentescos;
  - h) Número de telefone;
  - i) Sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
  - j) Informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa, dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.  
(dados e assinatura do representante legal da empresa arrematante)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**

**ANEXO VI**

**MINUTA DE CONTRATO**

Contrato nº \*\*\*/20\*\* de prestação de serviço que entre si celebram o **INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR** e a empresa \*\*\*\*\*.

**CONTRATANTE:**

**INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR**, com sede na Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, nº 3.775, no bairro Cidade Industrial, na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, CEP 81.350-010, inscrito no CNPJ/MF nº 77.964.393/0001-88, a seguir denominado simplesmente **TECPAR**, neste ato representado por seu Diretor-Presidente \*\*\*\*\*, inscrito no CPF/MF nº \*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\* e por seu Diretor de Administração e Finanças, \*\*\*\*\*, inscrito no CPF/MF nº \*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\*.

**CONTRATADA:**

\*\*\*\*\*, com sede na \*\*\*\*\*, nº. \*\*\*\*\*, no bairro \*\*\*\*\*, na cidade de \*\*\*\*\*, no estado de \*\*\*\*\*, inscrito no CNPJ nº. \*\*\*\*\*, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, assinado abaixo.

As partes acima identificadas firmam o presente Contrato, conforme processo homologado em \*\* de \*\*\*\*\* de 20\*\* que será regido pelo RILC e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte integrante do presente Contrato: o processo de Pregão Eletrônico nº \*\*\*\*\*/20\*\*, cuja abertura ocorreu em \*\* de \*\*\*\*\* de 20\*\*, a proposta comercial da Contratada datada de \*\*/\*\*\*\*\*/20\*\*, com força de cláusula contratual, gerando direitos e obrigações, documentos estes que ficam doravante anexados ao presente Contrato, cujo inteiro teor as partes declaram ter pleno conhecimento.

**Parágrafo único** - Os documentos referidos na presente cláusula são considerados suficientes e tornam-se parte integrante e inseparável em complemento a este Contrato para definir a sua extensão e intenção, e desta forma reger a execução adequada do objeto contratual, dentro dos mais altos padrões da técnica atual.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

Pelo presente instrumento, a CONTRATADA obriga-se a **prestar serviços contínuos de comercialização varejista de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), destinados às unidades consumidoras do TECPAR, conforme especificações técnicas e**



condições estabelecidas nos documentos relacionados na Cláusula Primeira.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A contratação do objeto deste Contrato será realizada pelo regime \*\*\*\*\*.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

As despesas para a execução do objeto deste Contrato correrão à conta da Unidade Orçamentária: \*\*\*\*, Iniciativa: \*\*\*\*, Classificação da despesa (nível elemento): \*\*\*\*\*, Fonte: \*\*\*.

### CLÁUSULA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO

A legislação que regula a presente contratação é constituída por: **Lei Federal nº 13.303 de 30/06/2016**, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias; **Regulamento Interno de Licitações e Contratos do TECPAR – RILC**, aprovado pelo Conselho de Administração do TECPAR em 29/05/2018 e publicado em 27/06/2018, disponível no endereço eletrônico <https://www.tecpar.br/Pagina/Licitacoes>, com vigência a partir de 01/07/2018 com suas alterações; e, subsidiariamente às normas da **Lei nº 14.133/2021**, bem como, outras leis e normas aplicáveis ao certame Código de Conduta e Integridade do TECPAR; **Lei Federal nº 8.078 de 11/09/1990**, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor; **Lei nº 8.137 de 27/12/1990**, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo; **Lei Federal 8.429 de 02/06/1992**, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, **Lei complementar 123 de 14/12/2006**, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018**; outras legislações quando couber.

### CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

O TECPAR pagará à CONTRATADA pelo objeto do contrato o valor de **R\$\*\*\*\*\* (\*\*\*\*\*),** conforme definido na tabela abaixo:

| Grupo  | Lote | Descrição   | Volume Mensal (MWm) | Volume Anual (MWh) | Valor Unitário (R\$/MWh) | Valor Total (R\$) |
|--|------|---|---------------------|--------------------|--------------------------|-------------------|
| 1  | 1    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2026) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 6.600,00           | 0,00                     | 0,00              |
|  | 2    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2027) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.760,00           | 0,00                     | 0,00              |
|  | 3    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2028) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.784,00           | 0,00                     | 0,00              |
|  | 4    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2029) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.760,00           | 0,00                     | 0,00              |
|  | 5    | Fornecimento de energia elétrica no ACL na modalidade varejista (2030) para as 3 unidades do TECPAR | 1,000               | 8.760,00           | 0,00                     | 0,00              |
| <b>Valor total para o período &gt;&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;</b> |      |   |                     |                    |                          | <b>0,00</b>       |

**Parágrafo primeiro** - O Valor Unitário expresso em R\$/MWh do fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre na modalidade varejista, deve contemplar:

I - Os custos de energia elétrica de fonte incentivada com 50% de desconto na TUSD, submercado Sul;

II - Os custos de todos os encargos setoriais, Encargos de Serviço do Sistema (ESS), Encargos de Energia de Reserva (EER), Encargo de Potência para Reserva de Capacidade (ERCAP);

III - Atendimento em 100% da carga, sem limite de flexibilidade mínima ou máxima;

IV - PIS e COFINS inclusos no preço;

V - Fornecimento de certificado de energia renovável.

VI - O período de suprimento desta contratação é de 60 (sessenta meses), para o fornecimento de energia elétrica de 01/04/2026 até 31/03/2031.

**Parágrafo segundo** - Endereço das unidades a serem atendidas pelo contrato:

|  |
|--|
| <b>Unidade CIC</b>   |
| Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, 3775 - Cidade Industrial de Curitiba |
| Curitiba-PR  |
| CEP: 81350-010   |
| CNPJ: 77.964.393/0001-88   |
| <b>Unidade Araucária</b>   |
| Rua Luiz Franceschi, 971 - Thomaz Coelho – Araucária-PR                  |
| CEP: 83707-080   |
| CNPJ: 77.964.393/0003-40   |
| <b>Unidade Juvevê</b>  |
| Rua João Américo de Oliveira, 330 - Juvevê – Curitiba-PR                 |
| CEP: 80035-060   |
| CNPJ: 77.964.393/0005-01   |

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MEDIÇÕES

A unidade de medida adequada para o tipo de serviço a ser contratado está definida no item do Termo de Referência.

## CLÁUSULA OITAVA - DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

A (s) Nota(s) Fiscal(s) deverá(ão) ser emitida mensalmente em nome de Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR e apresentada sem emendas, rasuras ou ressalvas.

**Parágrafo primeiro** - A CONTRATADA deverá emitir a Fatura Fiscal/Fatura em nome do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, no endereço e no **CNPJ de cada unidade consumidora em que o serviço seja prestado** e constar o objeto e número da licitação, o número do Contrato e os **dados bancários com número da agência, conta corrente da Contratada titular, observadas as condições estabelecidas no parágrafo terceiro desta Cláusula**. A indicação dos dados bancários será considerada pelo TECPAR como autorização prévia para créditos apenas na conta corrente indicada. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) conforme a legislação fiscal vigente, com observância, principalmente, ao preenchimento de seus campos.

**Parágrafo segundo** - Todos os serviços prestados no mês de competência deverão ser processados em uma Nota Fiscal/Fatura **única para cada unidade consumidora em que o serviço seja prestado, e a mesma deverá ser entregue na Divisão Engenharia/Administração de Campi do Tecpar - CIC, no período do 1º ao 5º dia do mês subsequente do fornecimento**, com vencimento em 10 (dez) dias após a emissão da Fatura Fiscal/Fatura.

**Parágrafo terceiro** - Os pagamentos à empresa Contratada serão de acordo com a Resolução da SEFA nº 827, de 12/08/2021, ficarão condicionados à prévia indicação dos dados de conta corrente junto ao Banco do Brasil, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**Parágrafo quarto** - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes

à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TECPAR.

**Parágrafo quinto** - Deverá ser apresentado para a efetivação do(s) pagamento(s) o Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido pelo GMS, que comprovará que a Contratada mantém atualizados os documentos de habilitação fiscal e trabalhista, solicitados quando da abertura da licitação.

**Parágrafo sexto** - Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

**Parágrafo sétimo** - A critério do TECPAR, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas, como multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da contratada.

**Parágrafo oitavo** - Nenhum pagamento poderá ser efetuado à CONTRATADA enquanto existirem pendências de liquidação de qualquer obrigação financeira, que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual ou qualquer outra pendência comercial existente com o TECPAR.

**Parágrafo nono** - Sem prejuízo da entrega do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido pelo Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS), o TECPAR, a qualquer momento, poderá auditar ou mandar auditar, junto à CONTRATADA, a regularidade dos mencionados recolhimentos e pagamentos, bem como promover diligências e solicitar a apresentação de quaisquer documentos que se façam necessários para a apuração da continuidade da existência dos requisitos de habilitação.

**Parágrafo décimo** - O TECPAR pagará à Contratada o preço homologado, o qual inclui todos os custos necessários à perfeita execução do Contrato.

**Parágrafo décimo primeiro** - Fica estabelecido que a Contratada não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária e o TECPAR não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros. O pagamento da Nota Fiscal será efetuado através de crédito na conta corrente da Contratada indicada na Nota Fiscal, que deverá ser entregue no Setor Financeiro, para fins de pagamento.

**Parágrafo décimo segundo** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que sobre os valores devidos incidirão acréscimos conforme disposto abaixo, calculados sucessiva e cumulativamente:

I - multa de 2% (dois por cento) aplicado sobre o valor devido;

II - juros de mora, que serão equivalentes a 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, entre a data de vencimento e o efetivo adimplemento da parcela;

III - atualização monetária, calculada pro rata die pela variação positiva do IPCA, entre a data de vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

**Parágrafo décimo terceiro** - Para o efeito da atualização monetária, será considerada nula qualquer variação mensal negativa do índice de reajuste.

## **CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

Nos termos da Lei nº 10.192/2001 e da seção 6.7 do RILC, é nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a 01 (um) ano, periodicidade esta que é contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

**Parágrafo primeiro** - No caso da presente licitação, a aplicação do reajuste far-se-á a partir da data da apresentação da proposta comercial.

**Parágrafo segundo** - Para a obtenção dos índices de reajuste será utilizado, como termo inicial, a data da apresentação da proposta, e como termo final, o mesmo mês do ano subsequente, mantendo-se fixo por 12 (doze) meses, e assim sucessivamente a cada 12 (doze) meses.

**Parágrafo terceiro** - Será dotado o percentual de reajuste a ser concedido sobre o valor unitário da energia elétrica contratada em R\$/MWh a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período, podendo ser adotado, no caso de extinção, outro índice que venha a substituí-lo.

**Parágrafo quarto** - A concessão de Reajuste de Preços será realizada por apostilamento e se dará quando:

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de execução do objeto deste termo será de 57 (cinquenta e sete) meses, contados após a emissão da Ordem de Serviço pelo Tecpar.

**Parágrafo primeiro** - O início do prazo de execução do contrato se dará em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, e sua contagem se efetivará com o recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.

**Parágrafo segundo** - O prazo de vigência do objeto deste termo será de 60 (sessenta) meses corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

**Parágrafo terceiro** - O prazo de vigência corresponderá ao prazo necessário para a emissão da

Ordem de Serviço, bem como para a execução, aceitação e a emissão do laudo ou declaração de recebimento definitivo do objeto contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

O RILC do TECPAR estabelece dispositivos sobre a execução e o recebimento dos contratos firmados pelo Instituto. Referente ao recebimento do objeto, o regulamento determina o recebimento provisório e definitivo de bens e serviços.

**Parágrafo único** - Os procedimentos de recebimento provisório e definitivo serão realizados concomitantemente pela gestão e fiscalização do contrato, uma vez que a aquisição de serviços é realizada mensalmente, com emissão mensal de nota fiscal, verificação e aceitação para posterior pagamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DO CONTRATO**

Não haverá exigência da garantia da contratação, pois todas as obrigações perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE, no ambiente de contratação livre na modalidade varejista são repassadas a CONTRATADA, que irá realizar a representação do TECPAR.

**Parágrafo único** - Caso a comercializadora varejista não venha a cumprir os requisitos estabelecidos para operacionalização ou afins, esta será imputada nos termos da Lei junto à CCEE, não havendo qualquer vínculo da administração junto à CCEE

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem responsabilidade e obrigações da CONTRATADA:

**Parágrafo primeiro** - Cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**Parágrafo segundo** - Manter válidas e vigentes todas as licenças e autorizações no que diz respeito às atividades a serem desempenhadas nos termos deste Edital, sujeitando-se à regulamentação da ANEEL, à Convenção de Comercialização, às Regras de Comercialização e aos Procedimentos de Comercialização da CCEE;

**Parágrafo terceiro** - Fornecer mensalmente a totalidade do consumo de energia elétrica medido de acordo com o preço da energia elétrica contratada, por se tratar de contratação de energia na modalidade varejista, não haverá limites de flexibilidade de consumo mensal;

**Parágrafo quarto** - Disponibilizar a energia elétrica de fonte incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD até o ponto de entrega, no submercado Sul, durante todo o período de suprimento;

**Parágrafo quinto** - Em caso de perda ou redução de desconto na TUSD da energia fornecida



pela CONTRATADA ao TECPAR, ressarcir a CONTRATANTE calculado mensalmente, conforme abaixo:

$$R = RESTUSD \times \left(1 - \frac{\text{Desconto}}{50\%}\right) \times EF_{\text{mês}}$$

Onde:

R – valor considerado para ressarcimento à CONTRATANTE, em R\$;

RESTUSD – valor do desconto, estabelecido em 35 R\$/MWh para o tipo de energia incentivada com 50% de desconto;

Desconto – percentual de desconto atribuído à CONTRATADA pela CCEE no mês de referência, expresso em %;

EFmês – montante de energia faturável no mês de referência.

**Parágrafo sexto** - Fornecer ao término de cada ano civil, certificado de Energia Renovável, promovendo a transparência, a rastreabilidade da origem da energia e o compromisso ambiental da Administração Pública;

**Parágrafo sétimo** - A entrega física da energia elétrica no ponto do sistema de medição para faturamento é de responsabilidade da concessionária de energia local, regulamentada através do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD.

**Parágrafo oitavo** - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**Parágrafo nono** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

**Parágrafo décimo** - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, através do GMS – Cadastro de Fornecedores do Paraná.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ENCARGOS DO TECPAR**

Constituem responsabilidade e obrigações do Tecpar:

**Parágrafo primeiro** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**Parágrafo segundo** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela

CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**Parágrafo terceiro** - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**Parágrafo quarto** - Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**Parágrafo quinto** - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através do Gestor especialmente designado;

**Parágrafo sexto** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto ou execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos

**Parágrafo sétimo** - O TECPAR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA conforme RILC, ou caso incorra qualquer uma das infrações abaixo, será passível de aplicação de multa, inclusive rescisão contratual.

**Parágrafo primeiro** - Caso a CONTRATADA tenha sua habilitação suspensa ou for desligado da CCEE;

**Parágrafo segundo** - Caso a CONTRATADA dê causa e venha a ter revogada qualquer autorização legal, regulatória ou governamental indispensável ao cumprimento das responsabilidades assumidas;

**Parágrafo terceiro** - Caso a CONTRATADA não cumpra a garantia de continuidade do suprimento;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

Poderá ocorrer rescisão do presente Contrato nas formas previstas no edital, no RILC e na Lei 13.303/2016, com as consequências neles previstas.

**Parágrafo único** - Constitui falta grave o não pagamento de salário, de vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada, o que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

Em Conformidade com o que determina o item 14 do Termo de Referência anexo I do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

O contrato objeto da presente licitação poderá ser alterado qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa da autoridade competente nos termos da seção 6.6 do RILC, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO CRITÉRIO DA SUSTENTABILIDADE**

A contratação do serviço descrito neste Termo de Referência deverá, nos termos do art. 32 § 1º da Lei 13.303/2016, disciplinado no art. 4, § 2º do RILC e da legislação em vigor, adotar boas práticas de sustentabilidade ambiental.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos deste contrato reger-se-ão pela Lei 13.303/2016 e pelo RILC, como também pelos documentos integrantes do presente ajuste.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA MATRIZ DE RISCO**

A matriz de risco relativa à presente contratação encontra-se estabelecida no termo de referência anexo VII do Edital.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

1. A gestão e fiscalização do contrato ficarão a cargo da Divisão de Engenharia / Administração de Campi sob a gestão de ANDERSON CESAR FERREIRA – Gestor e MARCELO RIBEIRO DE MELLO Fiscal, conforme artigo 211 do RILC.

**Parágrafo primeiro** - As comunicações entre o TECPAR e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- DA OBSERVÂNCIA DA LEI ANTICORRUPÇÃO**

O TECPAR e a CONTRATADA e/ou a empregados seus, e/ou a preposto seu e/ou a gestor, devem observar na execução do presente contrato que é vedado fraudar, assim como realizar quaisquer ações ou omissão que constituam práticas ilegais ou de corrupção, nos termos da **Lei nº 8.137 de 27/12/1990**, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo; **Lei Federal 8.429 de 02/06/1992**, que dispõe sobre as sanções aplicáveis

em virtude da prática de atos de improbidade administrativa.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO**

As partes elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná, para dirimir eventuais dúvidas oriundas da interpretação deste Contrato ou Anexos, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento contratual nº \*\*\*/20\*\*, que será assinado digitalmente, via Sistema Eletrônico.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Assinado Eletronicamente

\*\*\*\*\*

Diretor-Presidente  
Instituto de Tecnologia do Paraná

Assinado Eletronicamente

\*\*\*\*\*

Diretor de Administração e Finanças  
Instituto de Tecnologia do Paraná

Nome da empresa  
Representante legal da contratada

Assinado Eletronicamente

\*\*\*\*\*

Gestor do Contrato  
Instituto de Tecnologia do Paraná

Assinado Eletronicamente

\*\*\*\*\*

Fiscal do Contrato  
Instituto de Tecnologia do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2026

### ANEXO VII

#### MATRIZ DE RISCOS

| Descrição   | Consequência  | Mitigação   | Responsável              |
|---|---|---|--------------------------|
| Mudanças regulatórias e/ou normativas, que acarretem o surgimento de novos encargos | Alteração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com aumento de custos e necessidade de revisão das condições pactuadas  | Monitorar alterações regulatórias e avaliar ajustes para manter a viabilidade econômica   | CONTRATADA               |
| Mudanças regulatórias e/ou normativas, que acarretem a perda do desconto da TUSD    | Aumento do custo da energia elétrica devido à perda do benefício tarifário, impactando o orçamento do TECPAR  | Acompanhar ativamente as alterações regulatórias e normativas do setor elétrico   | CONTRATADA               |
| Racionamento de energia elétrica  | Redução do volume de energia elétrica a ser suprido e consequente redução do volume a ser consumido pelo TECPAR de acordo com a meta estabelecida pelo órgão competente | Implementar plano de contingência para cargas essenciais, promover redução do consumo por meio de ações de eficiência energética e ajustes operacionais     | CONTRATANTE e CONTRATADA |
| Caso fortuito ou força maior  | Efeitos e/ou eventos imprevisíveis e não gerenciáveis que afetam o cumprimento das obrigações   | Informar à outra parte dentro do prazo estipulado e adotar medidas cabíveis para atenuar as consequências, visando superar os efeitos o mais breve possível | CONTRATANTE e CONTRATADA |
| Falha na gestão de obrigações financeiras da contratada perante à CCEE              | Suspensão da habilitação ou desligamento da contratada como agente da CCEE, impossibilitando a continuidade do fornecimento   | Acompanhar regularmente a situação cadastral e financeira da contratada na CCEE   | CONTRATADA e CONTRATANTE |